

SENTIDOS E SIGNIFICADOS – FORMAS DE EXPRESSAR A DEFICIÊNCIA NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Márcio Pereira ¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo traçar algumas ideias do que se tem pensado a respeito de conceitos como deficiência, necessidades especiais, necessidades educacionais, necessidades educacionais especiais no contexto da proposta da inclusão educacional. A viabilidade desta reflexão é a de auxiliar os profissionais do âmbito educacional no entendimento destes conceitos para que saibam aplicá-los adequadamente, diferenciando suas estratégias de intervenção na busca da acessibilidade educacional a todos os alunos, com o objetivo de oportunizar o acesso a tudo que a escola possa vir a oferecer.

Palavras-chave: Acessibilidade Necessidades Educacionais. Necessidades Especiais. Necessidades Educacionais Especiais. Deficiência.

1. INTRODUÇÃO

A evolução histórica da humanidade nos traz compreensões diferentes sobre o homem e, em cada contexto histórico-social, as discussões sobre a sua condição existencial, em todas as dimensões, se ampliam e se reconfiguram. Em relação a pessoa com deficiência, foco de discussão deste texto, muito aconteceu. Nos tempos idos da nossa civilização foram considerados inválidos e mortos; considerados, em outros momentos, culpados pelos pecados da humanidade; vistos como pessoas com transtornos mentais; utilizados para o entretenimento; enfim, das diversas formas de exclusão, volta-se após a Declaração dos Direitos Humanos (1948) a uma perspectiva social integrativa, entendendo que os deficientes deveriam de se adaptar as estruturas sociais vigentes. Nos dias atuais, os deficientes lutam pelos direitos de inserção social e

¹ Psicólogo Educacional, Mestre em Educação – UNISAL/Americana/2003. Professor dos cursos de Psicologia e Pedagogia da UEMG, Unidade Divinópolis e Cláudio.

pelo exercício da cidadania a partir do movimento de inclusão social, com o entendimento de que a sociedade deve de se adequar as necessidades da pessoa com deficiência.

Na atualidade, apesar das diversas formas do pensar humano, mesmo contraditórias, existentes entre o preconceito e as ideias de valorização das condições humanas, na busca do respeito por cada forma de existir, novas maneiras de expressar emergem e palavras surgem com novos significados para dar sentido a esse momento. Nesse novo contexto histórico, no qual o homem se percebe mais humano, integrado e interligado, novas interpretações sobre as pessoas com deficiência se apresentam.

No momento, há muitas terminologias sendo usadas no que diz respeito às pessoas que apresentam alguma dificuldade em relação a sua condição física, intelectual e sensorial. Elas têm trazido dificuldades na compreensão teórica e na prática por parte de muitos profissionais, inclusive no contexto escolar. Assim, diante destas considerações, é relevante refletir sobre algumas terminologias usadas atualmente, como: “deficiência”, “necessidades especiais”, “necessidades educacionais” e “necessidades educacionais especiais”.

Estas terminologias, certamente, irão se modificar, irão conter sentidos diferentes dos de hoje, ou mesmo não mais existirão a partir dos avanços e compreensões que teremos, com o tempo, do que seja homem. As terminologias que trataremos no texto ainda se apresentam limitadas, pois não expressam a beleza de nossa condição e do existir humano. Há incompletudes nessas terminologias, mas as mesmas buscam demarcar uma nova visão das condições humanas na sua relação com a sociedade.

2. O termo Deficiente - amplitudes

Os termos utilizados em relação à pessoa “deficiente”, no decorrer da história da humanidade, são vários. Em momentos históricos anteriores se uma pessoa tivesse deficiência chamavam-na de “coxo”, “inválida”, “idiota” e outras terminologias

carregadas de um sentido pejorativo que representava uma condição inferior, uma aberração, um mal.

Ao analisar o aspecto da deficiência, reconhece-se que todos nós somos deficientes, em algum sentido ou grau, isto porque os seres humanos, segundo Gardner (1995), não desenvolvem todas as suas capacidades. Assim, todos nós somos deficientes. Podemos nos considerar deficientes de conformidade ao contexto, pois não conseguimos realizar diversas tarefas por nos sentirmos limitados. A palavra “limitado” depende do foco conceitual de cada um de nós, podendo variar de uma perspectiva pessoal ou coletiva. Estar limitado implica em não conseguir, no momento, realizar alguma ação e isso não significa em não saber realizá-la. Estar limitado significa apenas um momento, um instante e não um fim, mas um começo a busca e a aprendizagem, a transformar a si mesmo e a realidade na qual está envolvido, a transformar o seu contexto interno e externo.

Toda expressão criada, na medida em que evoluímos historicamente e conceitualmente, torna-se obsoleta. Por isso, é preciso tomar cuidado para que as terminologias não sirvam para rotular, limitar e excluir o indivíduo, principalmente a palavra “deficiência” que em seu bojo é polêmica e complexa.

A palavra “deficiência” vem do latim – *deficientia*, de *deficere*, que quer dizer “ter falha”, “faltar”. Esses termos devem servir para refletirmos a respeito de certos conceitos, com o intuito de ampliar e embasar as reflexões. Como foi dito anteriormente, “todos nós, seres humanos, somos deficientes”, portanto temos falhas e sempre nos faltará algo.

Segundo o programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência, publicado em 1997 pela Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência², a Organização Mundial de Saúde (OMS) propõe os seguintes conceitos:

² Em 2009, a então Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde) foi elevada a Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). Isso aconteceu em 26 de junho de 2009 pela Lei 11.958 e Decreto 6.980, de 13 de outubro de 2009, sendo a Subsecretaria o órgão da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) responsável pela articulação e coordenação das políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência. A nova Subsecretaria ganhou mais importância no momento em que o Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados na sede da ONU, em Nova York, em 30 de março de 2007. O referido instrumento (a convenção) ganhou status de Emenda Constitucional, quando foi aprovada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo

- Deficiência – Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, as quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.
- Desabilidade – é toda restrição ou falta de capacidade para realizar atividades, na forma ou na medida que se considera “normal” para o ser humano.
- Impedimento - é uma situação desvantajosa para determinado indivíduo, em consequência de restrições ou barreiras que lhe limitem ou impeçam o desempenho

nº 186, de 9 de julho de 2008 e pelo Decreto do Poder Executivo nº 6.949 de 25 de agosto de 2009 conforme o procedimento do § 3º do art. 5º da Constituição. Hoje, a Convenção, juntamente com leis específicas, dá suporte à política nacional para a inclusão da pessoa com deficiência.

A Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) também tem como sua atribuição coordenar e supervisionar o Programa Nacional de Acessibilidade e o Programa de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Esses programas pretendem estimular todos os setores, públicos e privados, para que as políticas e programas contemplem a promoção, a proteção e a defesa dos direitos da pessoa com deficiência.

Cabe à Subsecretaria emitir pareceres técnicos sobre projetos de lei afetos à área, que estejam em tramitação no Congresso Nacional, estimular e promover a realização de audiências, consultas públicas e câmaras técnicas, envolvendo as pessoas com deficiência nos assuntos que as afetem diretamente e indiretamente.

Também é responsabilidade da Subsecretaria coordenar tanto as ações de prevenção e eliminação de todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência, buscando a prevenção e o enfrentamento das mais variadas formas de exploração, violência e abuso de pessoas com deficiência quanto às ações de promoção, garantia e defesa de tudo o que é previsto pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, mediante o desenvolvimento de políticas públicas de inclusão.

Através de convênios, termos de parceria, acordos, ajustes e congêneres, cabe à SNPD apoiar e estimular a formação, articulação e atuação da rede de Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência nos estados e municípios. Esses mesmos convênios e termos de parceria financiam a realização de estudos e pesquisas sobre temas relativos à pessoa com deficiência para a formulação e implementação de políticas a ela destinadas, monitorando seus resultados.

Realização de campanhas de conscientização pública, buscando promover o respeito pela autonomia, equiparação de oportunidades e inclusão social da pessoa com deficiência e a coordenação da produção, sistematização e difusão das informações relativas à pessoa com deficiência também são atribuições da nova Subsecretaria.

Outra competência da SNPD é desenvolver articulações com instituições governamentais, não-governamentais e com as associações representativas de pessoas com deficiência, visando à implementação da política de promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência; o estímulo à implantação de desenho universal e tecnologia assistiva requeridas pelas pessoas com deficiência na pesquisa e no desenvolvimento de produtos, serviços, equipamentos e instalações é função essencial da Subsecretaria. No âmbito internacional, cabe a Subsecretaria colaborar com as iniciativas de projetos de cooperação sul-sul e de acordos de cooperação com organismos internacionais no que tange à área da deficiência.

A origem da palavra normal origina-se a partir de dois modelos: 1) O modelo patológico que define o normal/anormal de acordo com a presença ou ausência de sintomas biológicos detectáveis; 2) O modelo estatístico que se baseia no conceito da curva normal, na ideia de que os atributos de um indivíduo se podem descrever por sua posição relativa em uma distribuição de frequência de outras pessoas que se têm medido esses atributos. Hoje, devido às considerações a respeito da diversidade, do respeito a diferença não se tem empregado a palavra “normal”, por reconhecer que esse conjunto de atributos ou sintomatologias é pertinente a um contexto, a uma circunstância, a uma cultura e não especificamente ao humano propriamente dito.

ativo de um papel que é normal em seu caso, em função de estruturas físicas, sociais e culturais ou comportamentais.

De acordo com Sasaki (2018), o conceito de deficiência não pode ser confundido com incapacidade, palavra que é uma tradução, também histórica, do termo *handicap*. O conceito de incapacidade denota um estado negativo de funcionamento da pessoa, resultante do ambiente humano e físico inadequado ou inacessível, e não um tipo de condição. Exemplos: a incapacidade de uma pessoa cega para ler textos que não estejam em braile, a incapacidade de uma pessoa com baixa visão para ler textos impressos em letras miúdas, a incapacidade de uma pessoa em cadeira de rodas para subir degraus, a incapacidade de uma pessoa com deficiência intelectual para entender explicações conceituais, a incapacidade de uma pessoa surda para captar ruídos e falas. Configura-se, assim, a situação de desvantagem imposta às pessoas com deficiência através daqueles fatores ambientais que não constituem barreiras para as pessoas sem deficiência.

A questão do número, formalmente, devemos manter a palavra deficiência no singular. Por exemplo: pessoas com deficiência visual (e não pessoas com deficiências visuais). Outro exemplo: pessoas com deficiência intelectual (e não pessoas com deficiências intelectuais). É importante flexionarmos no singular ao nos referirmos à deficiência e/ou ao tipo de deficiência, independentemente de, no idioma inglês, ser utilizado o plural (“*people with disabilities*”, “*people with intellectual disabilities*”) ou o singular (“*people with a disability*”, “*people with an intellectual disability*”). Assim, é incorreto escrevermos, por exemplo: “Fulano tem deficiências intelectuais”, “Sicrano é uma pessoa com deficiências físicas”, “Beltrano é um aluno com deficiências visuais”.

Assim, “pessoa com deficiência” é o termo mais recente sugerido como adequado por Sasaki (2018), consultor da área de Inclusão Social. Agora, o cuidado maior é que o termo “deficiente”, ao ser usado como substantivo, ainda carrega muitas desvantagens, barreiras e limitações dentro de um processo social. O conceito de deficiência ainda não compreendido é recheado de preconceitos e equívocos, o que não possibilita explorar as potencialidades que as pessoas com deficiência possuem.

O cuidado a se tomar é a forma com que nos referimos as pessoas com deficiência e a enxergamos. Se a enxergamos com um sentimento de incompletude

estaremos nos colocando numa posição de completos e aí a exclusão se coloca evidente e não as possibilitamos de serem o que são e não nos percebemos como realmente somos, incompletos. A palavra é fundamental para nos posicionar diante do mundo, ela nos remete as emoções e aos sentidos, por isso o seu conteúdo nos direciona. A deficiência está implícita em nós, pelo fato sermos crescentes no conhecimento e é preciso entender que o que nos define não é o físico, o intelectual e/ou sensorial, mas o que pensamos e o que realmente podemos fazer.

3. Necessidades Especiais

Pessoas com Necessidades Especiais (PNE) pode ser conceituada como exigências de um determinado indivíduo em decorrência das dificuldades de suas condições orgânicas ou psicológicas, estruturais ou funcionais, que se manifestam no cotidiano. Deve-se tomar o cuidado para não fazer uso indiscriminado desse termo, pois corre o risco de criar outro sistema de rotulação.

As pessoas com necessidades especiais não necessariamente possuem deficiência; exemplos: pessoas com obesidade, diabetes e tantas outras situações onde as pessoas se veem em situação de atenção e cuidado. Portanto, o termo não é considerado adequado para identificar uma pessoa com deficiência.

Pode-se dizer que uma pessoa com deficiência visual tem necessidades especiais para se movimentar e para participar da vida social, como todas as outras deficiências possuem. A pessoa com deficiência visual necessita do Braille e de outras intervenções para sua mobilidade e comunicação. Assim, o termo necessidades especiais se configura e se contextualiza a partir do que é necessário para a pessoa num determinado momento ter acessibilidade ao mundo em que vive. Todos nós podemos ter necessidades especiais em diversos contextos de nossas vidas, por isso essa terminologia não pode ser usada para identificar uma pessoa com deficiência, ela se aplica a todos nós.

4. Necessidades Educacionais

Duk (2007) diz que a diversidade é inerente à educação e evidencia que cada educando possui uma maneira própria e específica de absorver experiências e adquirir conhecimento, embora todas as crianças apresentem necessidades básicas comuns de aprendizagem, as quais são expressas no histórico escolar e obedecem às diretrizes gerais de desempenho acadêmico. Tal concepção remete ao entendimento de que todos os alunos apresentam certas necessidades educacionais individuais que podem ocorrer em momentos diferentes durante a escolarização. Isto quer dizer que as diferenças individuais – aptidões, motivações, estilos de aprendizagem, interesses e experiências de vida – são inerentes a cada ser humano e têm grande influência nos processos de aprendizagem que são únicos para cada pessoa.

Muitas das crianças que enfrentam barreiras para aprender e participar da vida escolar são capazes de superá-las rapidamente quando suas necessidades são levadas em consideração e a ajuda compatível é oferecida pela escola e por outros setores sociais. A origem das dificuldades do aluno pode estar situada no âmbito das diferenças pessoais, culturais, sociais, linguísticas, ou, ainda advindas da própria maneira da escola conceber o ensino e a aprendizagem, ou seja, nas suas práticas e concepções pedagógicas.

Segundo Blanco (2002), os diversos grupos sociais, étnicos e culturais dispõem de normas, valores, crenças e comportamentos distintos que, em geral, não fazem parte da cultura das escolas. A discrepância entre a cultura escolar e a cultura destes grupos sociais pode refletir no baixo nível de progresso educacional do aluno e, muitas vezes, no abandono da escola. Glat (2007) aponta que a maioria dos alunos que fracassa na escola não tem, propriamente, dificuldade para aprender, mas sim dificuldade para aprender da forma como são ensinados. Para que a escola cumpra, de fato, sua função de acolher a todos, as características individuais anteriormente vistas como impossibilidade ou dificuldade para aprendizagem precisam ser consideradas como relevantes para a adequação do ensino ao aluno e este é o sentido do conceito de necessidades educacionais.

Então, necessidades educacionais são as demandas apresentadas pelos alunos para aprender o que é considerado importante para a sua faixa etária pelos sistemas de ensino e por um determinado motivo não conseguem corresponder a perspectiva do desempenho escolar desejado. Para isso, é necessário que a escola tenha estratégias para

sanar tais dificuldades e tenha um apoio de rede oferecido pela comunidade, no caso, locais onde o aluno possa ser acompanhado quando as situações não forem exclusivamente pedagógicas, mas sejam sociais, médicas, psicológicas e outros.

O termo necessidade educacional não pode ser utilizado para identificar uma pessoa com deficiência, pois todos nós, num momento ou outro de nossas vidas não iremos corresponder ao que é proposto pela escola por diversas razões. Portanto, poderemos apresentar necessidades educacionais e necessitaremos de apoio por parte da escola e/ou de outros setores sociais para que as barreiras que nos impedem de aprender a proposta oferecida pela escola/pelos sistemas educacionais sejam derrubadas e nos deem acessibilidade aos objetivos escolares.

5. Necessidades Educacionais Especiais

Existem alunos que, para ter acesso à escola e alcançar bom desempenho em sua aprendizagem, precisam de medidas e recursos diferentes daqueles usualmente oferecidos pela escola à maioria. Trata-se, no caso, dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, sejam estas transitórias ou permanentes.

O conceito de necessidades educacionais especiais teve origem no “Relatório Warnock” (Grã-Bretanha, 1978), o qual afirma que nenhuma criança deve ser considerada ineducável e que a finalidade da educação é a mesma para todos, por ser um bem a que todos têm o mesmo direito. Após destacar que a meta da educação é propiciar uma formação que assegure a qualquer pessoa dirigir sua própria vida e a ter acesso ao mercado de trabalho, o relatório menciona que as crianças encontram diferentes obstáculos em sua caminhada na direção deste objetivo e que para alguns, inclusive, os obstáculos são tão grandes que a distância a percorrer será enorme. Neles, porém, qualquer progresso é significativo.

Especificamente em relação às dificuldades de aprendizagem, o relatório Warnock ressalta que:

Afirmar ter um aluno com necessidades educacionais especiais é dizer que o aluno tem maior dificuldade para aprender do que a maioria das crianças de sua idade, ou, ainda que o aluno tem uma deficiência que

torna difícil a utilização das facilidades que a escola proporciona normalmente. (DUK, 2007, p.13)

Em outras palavras, o Relatório deixa evidente que a presença da deficiência não implica sempre em dificuldades de aprendizagem. Por outro lado, inúmeros alunos apresentam distúrbios de aprendizagem sem, necessariamente, apresentarem deficiência. Mas, ambos os grupos têm necessidades educacionais especiais, exigindo recursos que não são utilizados na “via comum” da educação escolar para alunos das mesmas idades.

Segundo as estatísticas apresentadas no documento, é muito grande a proporção de alunos com dificuldades de aprendizagem. Ambos os grupos – pessoas com ou sem deficiência – encaixam-se na condição de “necessidades educacionais especiais” exigindo respostas educativas adequadas, além de medidas preventivas para evitar que, na escola, os “casos” se originem ou se intensifiquem.

Também se incluem, nessa condição, outros alunos como os que apresentam transtorno global do desenvolvimento e o das altas habilidades/superdotados.

A ênfase desloca-se do “aluno com defeito” para situar-se na resposta educativa da escola, sem que isso represente negação da problemática vivida pelo aluno.

Essas considerações permitem concluir que diagnosticar a natureza da deficiência, considerando-a como o único critério de abordagem para as desvantagens escolares, “comunica” pouco acerca das necessidades educacionais a serem supridas na escola. Dizendo de outro modo, não existem critérios objetivos e confiáveis para relacionar a deficiência – enquanto atributo isolado do indivíduo – e as dificuldades de aprendizagem que o aluno enfrenta, pois, a maioria delas é devida às condições educacionais incapazes de suprir-lhe as necessidades que, nem sempre, decorrem de deficiência com base orgânica.

Vidal y Manjón (1992, apud DUK, 2007, p.27)) afirmam que o conceito de necessidades educacionais especiais implica:

- Um caráter interativo (tanto depende das características individuais como da resposta educacional);

- Um caráter dinâmico (varia em função da evolução do aluno e das condições do contexto educacional);
- Precisam ser definidas com base nos recursos adicionais por elas exigidos, bem como nas alterações curriculares que se tornarem necessárias;
- Não implicam um caráter classificatório em relação aos alunos, ou seja, são definidas a partir do potencial de aprendizagem e de desempenho.

Esse enfoque representa um avanço em relação às respostas tradicionais do modelo clínico ou da abordagem compensatória que são usualmente disponibilizadas aos alunos que enfrentam barreiras para aprender nas escolas. A definição de necessidades educacionais especiais desloca, portanto, o foco da atenção do problema no aluno para o contexto educacional, ressaltando o fato de que as decisões sobre currículo adotadas pelas escolas, bem como as atividades de aprendizagem propostas, a metodologia utilizada e o relacionamento estabelecido entre a comunidade escolar e seus alunos, exercem fortíssima influência na aprendizagem. Em consequência, o papel representado pela escola é determinante nos resultados da aprendizagem, pois, dependendo da qualidade da resposta educacional, é possível contribuir mais ou menos para minimizar ou compensar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes (DUK, 2007).

De acordo com Rosana Glat (2007), Necessidades Educacionais Especiais são aquelas demandas exclusivas dos sujeitos que, para aprender o que é esperado para o seu grupo referência, precisam de diferentes formas de interação pedagógica e/ou suportes adicionais: recursos, metodologias e currículos adaptados, bem como tempos diferenciados, durante todo ou parte do seu percurso escolar.

O conceito de Necessidade Educacional Especial engloba tanto a especificidade do aluno em sua subjetividade como o contexto histórico-cultural em que ele vive e se constitui. Costumam desenvolver necessidades educacionais especiais, por exemplo, alunos que migram para comunidades com língua, costumes e valores diferentes daqueles que já vinham sendo constituídos por eles no convívio familiar e social. Também são frequentes, como já mencionado, nos alunos das escolas e sistemas de ensino que oferecem currículos fechados e pouco flexíveis, sobretudo se estes forem pautados em valores e expectativas das camadas homogêneas da população e desvinculados de suas vivências cotidianas.

Necessidades educacionais especiais são, finalmente, apresentadas pelos alunos com diferenças qualitativas no desenvolvimento com origem nas deficiências físicas, motoras, sensoriais e/ou cognitivas, distúrbios psicológicos e/ou de comportamento (Transtorno Global do Desenvolvimento), e com altas habilidades.

Embora esses termos sejam muitas vezes utilizados como sinônimos é importante frisar que necessidades educacionais especiais não é o mesmo que deficiência. O conceito de deficiência se reporta às condições orgânicas do indivíduo, que podem resultar em uma necessidade educacional especial, porém não obrigatoriamente. O conceito de necessidade educacional especial, por sua vez, está intimamente relacionado à interação do aluno à proposta ou realidade educativa com a qual ele se depara.

Necessidade educacional especial não é uma característica homogênea fixa de um grupo etiológico também supostamente homogêneo, e sim uma condição individual e específica; em outras palavras, é a demanda de um determinado aluno em relação a uma aprendizagem no contexto em que é vivida. Dois alunos com o mesmo tipo de grau de deficiência podem requisitar diferentes adaptações de recursos didáticos e metodológicos. Da mesma forma, um aluno que não tenha qualquer deficiência, pode, sob determinadas circunstâncias, apresentar dificuldades para aprendizagem escolar formal que demandem apoio especializado.

Independentemente da causa, se a escola organizar e desenvolver adaptações curriculares adequadas, as necessidades educacionais especiais do aluno podem ser transitórias e ele obtem sucesso escolar. Isso não significa que a deficiência esteja “curada”, ou que as condições emocionais, sócio familiares ou culturais do aluno tenham se modificado. Porém, a transformação na prática pedagógica possibilitará que ele tenha um bom desempenho e integração escolar.

Segundo as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica:

Todos os alunos, em determinado momento de sua vida escolar, podem apresentar necessidades educacionais, e seus professores, em geral, conhecem diferentes estratégias para dar respostas a elas. No entanto, existem necessidades que requerem da escola uma série de recursos e apoios de caráter mais especializado, que proporcionem ao aluno meio para acesso ao currículo. Essas são as chamadas necessidades educacionais especiais. (...), trata-se de um conceito amplo: em vez de procurar, no aluno, a origem de um problema, definiu-se pelo tipo de resposta educativa e de recursos e apoios que a escola

deve proporcionar-lhe para que obtenha sucesso escolar; por fim, em vez de pressupor que o aluno deva ajustar-se a padrões de “normalidade” para aprender, aponta para a escola o desafio de ajustar-se para atender à diversidade de seus alunos (BRASIL, 2001, p.33).

Um dos principais empecilhos à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no contexto escolar comum é o fato de a escola privilegiar, na prática, a ideia de “prontidão”, preparação ou qualificação prévia do sujeito para estar incluído em uma determinada turma, e não as necessidades que ele terá para aprender o que é proposto para os demais alunos dessa turma. Para que uma escola se torne inclusiva, deverá haver o reconhecimento de que alguns alunos necessitarão mais que outros de ajuda e apoios diversos para alcançar o sucesso de sua escolarização. Essa postura representa uma mudança na cultura escolar, pois, sem a organização de um ambiente mais favorável ao atendimento das necessidades dos alunos para aprender, qualquer proposta de Educação Inclusiva não passa de retórica ou discurso político.

Necessidades educacionais especiais, portanto, são construídas socialmente, no ambiente de aprendizagem, não sendo consequências inevitáveis da deficiência ou do quadro orgânico apresentado pelo indivíduo. Indo mais além, alguns autores (GLAT, 1989; 2004; OMOTE, 1994, 1007; AMARAL, 1995, entre outros) argumentam que o próprio conceito de deficiência é socialmente determinado.

A deficiência é uma categoria socialmente construída que se torna incapacitante e restritiva não apenas pelas inerentes limitações orgânicas, mas, sobretudo pelas consequências psicossociais, especialmente o tipo de interação ou relacionamento que se estabelece entre os deficientes e os demais (GLAT, 2004, p.56)

Isto, certamente, não significa negar que existam condições orgânicas que tornem o sujeito mais propenso a encontrar dificuldades para aprender. O aspecto que se quer reforçar é que uma necessidade educacional especial não se encontra na pessoa, não é uma característica intrínseca sua, mas sim um produto de sua interação com o contexto escolar onde a aprendizagem deverá se dar. Alunos com baixa visão podem necessitar de muita ajuda em aulas que são desenvolvidas com base na utilização do livro didático; em aulas onde são usados jogos didáticos com peças maiores e mais coloridas, o aluno não apresentará nenhuma necessidade especial, e trabalhará como os

demais. Professor que utiliza alfabetário de letras móveis para o ensino da leitura e da escrita precisa fazer poucos ajustes para que um aluno com problema motor participe das atividades; mas, se alfabetizam usando a cópia de letra cursiva, por exemplo, eles certamente terão maiores dificuldades.

Não existem, a princípio, necessidades educacionais especiais predeterminadas, nem entre alunos com o mesmo diagnóstico clínico; ao contrário, trata-se de condições interativas e relativas. O caráter interativo surge na relação do sujeito com uma nova aprendizagem. A necessidade educacional especial se manifesta na ação individual e subjetiva de conhecer/aprender um novo “conteúdo” social. O caráter relativo, por sua vez, resulta das condições em que as aprendizagens são efetivadas. Escolas que oferecem acessibilidade em suas dependências, que desenvolvem currículos flexíveis, que estão voltadas às características individuais e sociais da comunidade do entorno, observam um número muito menor de necessidades educacionais especiais em seus alunos com algum tipo de deficiência; conseqüentemente terão menos adaptações curriculares a serem construídas.

De acordo com a proposta curricular da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, Multieducação:

As necessidades educacionais especiais devem ser entendidas como interativas e relativas porque serão maiores ou menores por força do ambiente social e físico em que se dá a instrução e do sujeito concreto e único que interage com o ambiente e com a proposta escolar (SME–RJ, 1996, p. 195).

Essa mudança de olhar é decisiva, pois ao considerar que as necessidades educacionais especiais se encontram na relação entre o processo de aprendizagem do aluno e a proposta curricular, desviamos o foco de atenção, anteriormente centrado nas dificuldades do aluno, direcionando-o para as respostas educacionais que a escola precisa lhe proporcionar.

6. Considerações

As mudanças de paradigma em relação as condições existências do indivíduo, ao lado dos avanços sociais obtidos no campo dos direitos humanos nos últimos anos, levou à revisão de diversas terminologias, introduzindo modificações nas políticas e nos sistemas educacionais, tendentes à inclusão.

O que se considera substancial na mudança e amplitude dos conceitos é a abertura que se tem visto quando o aluno apresenta alguma dificuldade no espaço escolar, durante o seu percurso educacional. As dificuldades não estão mais centradas no aluno somente, mas todo o contexto é levado em conta, entendendo que o indivíduo é um reflexo das interferências do meio no qual está inserido. Isso muda a perspectiva educacional e social, de um sistema no qual o indivíduo tem que se ajustar a ele, passa-se o sistema a se ajustar as necessidades de cada um. A ordem se inverte e o respeito a todos (as) se evidencia.

Referências

- Associação Brasileira de Esclerose Tuberosa. **Inclusão Escolar**. Belo Horizonte: Armazém de ideias, 2005.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Secretaria de Educação Especial. MEC, SEESP, 2001.
- DUK, Cynthia. **Educar na diversidade**: material de formação docente. 3Ed. 2. Impressão – Brasília: MEC, SEESP, 2007.
- GARDNER, H. **Inteligências Múltiplas**: a Teoria na Prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995
- GALT, Rosana. (org). **Educação Inclusiva**: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.
- IZEQUIERDO, Teresa Maria Rodrigues. **Necessidades Educativas Especiais a mudança pelo Relatório Warnock**. El Informe Warnock. Revista Siglo Cero, N° 120, Julio - Agosto 1990.
- SME. Proposta Curricular Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, RJ, 1996.

SEEMG. **Saberes e práticas da inclusão**: avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais. Coordenação geral SEESP/MEC – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.